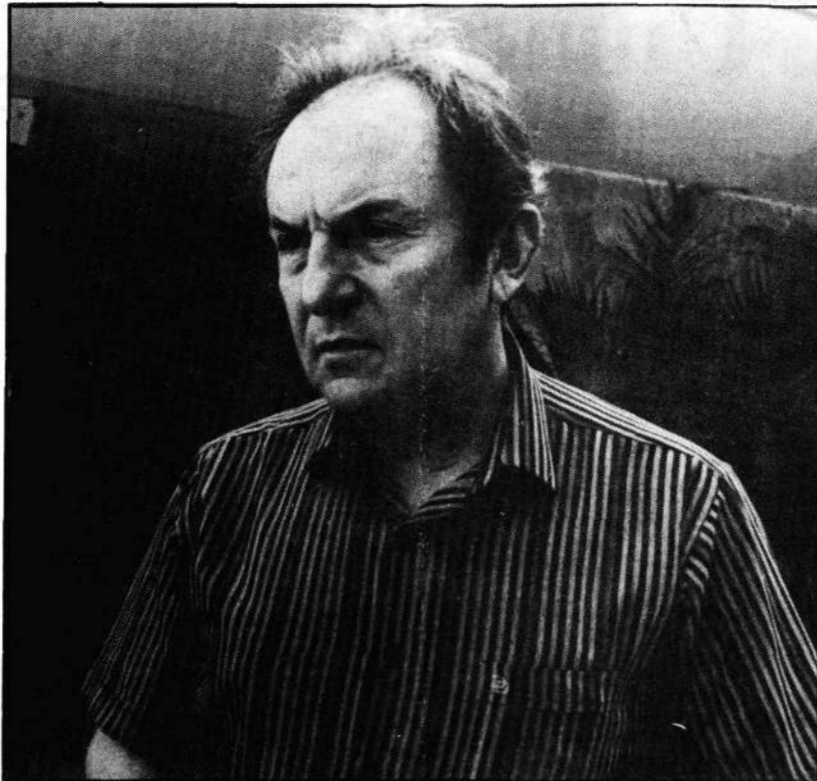


Ulysses tenta, hoje, acordo para acelerar votação



Fotos: Luiz Tajés

Ulysses Guimarães no encontro, ontem, com Bernardo Cabral, voltou a ficar otimista em relação ao término da Constituinte

Nova redação à legislação dá problemas

A redação definitiva da futura Constituição brasileira está sendo preparada por uma comissão especial, que, entre outras tarefas, procura simplificar ou corrigir o texto aprovado pela Constituinte e ajustar, entre si, os dispositivos aprovados mediante o sistema de fusões de emendas.

Uma das principais correções, sob esse aspecto, se deve à aprovação do sistema presidencialista de governo, depois de terem sido aceitas regras que levavam a crer na hipótese de introdução do parlamentarismo no Brasil.

Além disso, a revisão redacional procura também eliminar erros de português ou impropriedades jurídicas na futura Constituição. Do vernáculo da Carta são responsáveis, além de vários constituintes, um filólogo, o professor Celso Cunha (tio paterno do deputado Aécio Cunha), e o ex-deputado José Barbosa, de São Paulo. As possíveis incongruências jurídicas são corrigidas pelo professor de Direito, José Afonso. A Carta de 1937 foi feita pelo ex-ministro, ex-deputado e professor Francisco Campos.

Em 1946, com a redemocratização do País, a nova Constituição foi revista pelo filólogo Sá Nunes. Mas o texto foi considerado tão confuso, em termos políticos e jurídicos, que a Assembleia, às pressas, designou os então deputados Paulo Sarasate e Ataliba Nogueira para a sistematização constitucional definitiva, afinal publicada.

Cacófatos
Em 1967, a Carta Constitucional do regime militar, feita por um Congresso em final de mandato, teve como revisor de texto o ex-deputado e professor de Direito Constitucional, Aguiinaldo Costa. Acompanharam esse trabalho, na época, os então parlamentares Antônio Carlos Konder Reis, Adolfo Oliveira, Eurico Rezende e José Barbosa, entre outros. Quase no último instante, ao liberar o texto recém-aprovado, o então presidente da Comissão Constituinte, deputado Pedro Aleixo, levou um grande susto. Ao folhear, casualmente, a redação liberada, encontrou dois ou três cacófatos na mesma página.

"Esse porcos — disse ele — não podem passar".

"Que porcos?" — estranhou o então senador Milton Campos.

"Estão aqui na mesma página: um deputado por comissão; um senador por comissão..." — explicou Aleixo.

Pedro Aleixo corrigiu às pressas a falha dos revisores. Mas o deputado Adolfo Oliveira, comentando as circunstâncias em que o Congresso tivera de engolir as exigências do governo militar, fez a Aleixo um comentário irônico: "Até que nessa Constituição a 'porcada' não é inteiramente descabida". (R. A. L.)

Excessos de erros e obviedades marcam texto da futura Carta

Rubem de Azevedo Lima

Enxugar o texto da futura Constituição brasileira, para torná-lo conciso, uniforme e livre dos vícios de linguagem, sem prejuízo de sua clareza política e jurídica, não está sendo tarefa das mais fáceis. Para a comissão que está enfrentando tal problema, as dificuldades começaram desde a leitura do preâmbulo da nova Carta.

Presidida pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e integrada por treze constituintes, além do filólogo Celso Cunha e do professor José Afonso, consultor para Assuntos Jurídicos, a comissão quase perde o fôlego ao ler o texto inicial da futura Constituição. Esse preâmbulo está redigido em nada menos que 88 palavras, fugindo, portanto, ao ritmo corrente da Língua Portuguesa falada e escrita no Brasil.

Composto de várias orações intercaladas — fruto da fusão de emendas constitucionais aprovadas na votação inicial da nova Carta — o texto é considerado de leitura pouco atraente e cheio de obviedades.

Nele, alguns membros da comissão estranharam, por exemplo, que se dissesse que a Assembleia se reuniu "para instituir no País um novo Estado Democrático...". Evidentemente, a Assembleia não poderia reunir-se para alcançar esse objetivo em nenhum outro lugar, se não o Brasil. Por isso, a expressão "no País" foi julgada supérflua. O mesmo se pensa do adjetivo "novo", antes de Estado Democrático. "Poderíamos instaurar um velho estado democrático?" — Indagou alguém, na primeira reunião de trabalho da comissão. O mínimo que se disse,

na oportunidade, foi que o texto, com a palavra "novo", no caso, ficou muito pretensioso.

Mas há mais. O deputado Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas, relator do projeto de Constituição e revisor do texto aprovado, na Comissão de Redação Final está impressionado com o número de cacófatos que já foram descobertos na nova Carta.

"Parece — disse ele ao JBr — uma linguagem de botequim, tantas são as inconveniências resultantes de cacófatos, no texto constitucional".

Segundo Cabral, além de cacofonias mais chulas, são comuns — daí sua referência à linguagem de botequim — os "porres", resultantes do encontro da preposição "por" com palavras iniciadas pela sílaba "re".

Por sinal, o parágrafo único do primeiro artigo da nova Constituição contém um desses "porres": "Todo poder emana do povo que o exerce por representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

Cabral reconhece que, no linguajar do dia-a-dia, esse tipo de cacófato é hoje muito comum, mas, a seu ver, a Constituinte deve esforçar-se para oferecer ao Brasil um texto de Constituição respeitável, sem palavrões tanto quanto sem repetições de palavras, nos seus vários artigos.

Uma dessas repetições ocorre no artigo 4º do texto aprovado pela Assembleia, que fala em "auto-determinação dos povos", no meio do dispositivo, e em "cooperação entre os povos", no final.

Vários são os dispositivos que têm redação desuniforme. Em muitos deles, certas palavras são precedidas do artigo definido, outras não. Além disso fala-se em

"decretação do estado de sitio", como se fosse um estado de sitio específico e não genérico.

Mesmo a escolha de palavras, para configurar determinadas situações, se presta a controvérsias na comissão de redação final da nova Carta. Ao descrever uma das atribuições da Polícia Militar, a Constituição fala em "polícia ostensiva". Na revisão, substituiu-se "polícia ostensiva" por "policiamento ostensivo". O deputado Humberto Souto, do PFL mineiro, da comissão de redação, mostrou que a troca de palavra, no caso, importava restrição da atividade policial militar, vez que, em sua opinião, "policiamento" é apenas um dos aspectos da "polícia ostensiva".

Questões como esta existem muitas e cada uma delas demanda discussões longas. Para examinar tais assuntos, o presidente Ulysses Guimarães requisitou, ainda, a colaboração do ex-deputado federal paulista, José Barbosa, um dos parlamentares que participaram da elaboração da Carta Constitucional de 1967.

A medida que a revisão da nova Carta avança, a secretaria-geral da Assembleia encaminha o texto aprovado ao serviço de processamento de dados, onde todo o material é classificado e indexado. Assim, no dia em que a Constituição for promulgada, um exemplar do documento será distribuído a cada constituinte, já com um índice remissivo completo e por menorizado. Por sinal, a indexação que se vem processando funciona como auxiliar da Comissão de Redação Final, na medida em que revelam, a um simples toque no teclado do computador, a existência de palavras e expressões repetidas, mas não percebidas pelos revisores.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, convocou para hoje, às 10h00, em sua residência, uma reunião com todos os líderes partidários, entre eles o senador Mário Covas, o relator da Constituinte Bernardo Cabral e representantes do Centrão, na tentativa de viabilizar um acordo para votação do capítulo das Disposições Transitórias. Ulysses pretende quebrar a intransigência do PFL no sentido de retomar as negociações, interrompidas pelo partido há uma semana, visando fechar um texto-base que possibilite acelerar as votações.



Ulysses previu ontem, após vários encontros — inclusive com o vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira — que se as negociações por ele encabeçadas chegarem a bom termo, a Constituinte concluirá seus trabalhos em meados de julho. Dois pontos, segundo ele, estão apresentando maiores dificuldades para um acordo: os relativos à anistia dos militares e

às eleições municipais (há propostas de adiamento do pleito e de eleição dos prefeitos e vereadores para um mandato-tampão de dois anos). Ainda na previsão do presidente da Assembleia, entre as questões que poderão ser objeto de acordo na próxima semana, figura a relativa à extinção da correção monetária para os débitos contraídos por pequenos e médios agricultores e empresários durante o Plano Cruzado.

O presidente da Constituinte reafirmou a disposição de realizar sessões da Assembleia pela manhã, com as votações se prolongando até as 22 horas, para que sejam votados cerca de 240 dispositivos das Disposições Transitórias (destaques para votação em separado e emendas). A seu ver, os constituintes estão interessados na votação desses dispositivos, por envolverem muitas questões de interesse da sociedade.

Ulysses afirmou que acredita no bom-senso dos parlamentares para

encontrar uma saída razoável que leve ao entendimento. "Estou empenhado pessoalmente para garantir que as combinações das lideranças cheguem a um acordo que ultime os trabalhos constitucionais", revelou o presidente. Pela manhã, Ulysses recebeu, durante visita do relator Bernardo Cabral, garantia de que a redação final da nova Constituição, com vistas ao segundo turno, estará concluída até o final da próxima semana, exceto as Disposições Transitórias.

Aceleração

Cabral também alertou Ulysses que, para proporcionar a aceleração das votações, será necessário retirar do provável texto-base, as inúmeras emendas corporativas e de puro interesse regional. "Quem insistir na manutenção de suas propostas no texto, que sensibilize 280 constituintes para a sua aprovação em plenária", avisou o relator. Bernardo Cabral, durante conversa com Ulysses, ressaltou a existência de um bloco de dispositivos essenciais à aplicabilidade do texto permanente, já aprovado pela Constituinte. Para ele, estas emendas devem receber tratamento prioritário, bem como as matérias de grande relevância político-social (anistia e eleições municipais).

Ulysses afirmou que percebe, no ar, a existência de um clima propício para a negociação, e descartou qualquer possibilidade do parcial rompimento das discussões para ser transformado em um impasse que protela ainda mais a promulgação da nova Carta. Apesar das dificuldades em torno da anistia, o presidente disse estar convicto que será votado esta semana, "com o assunto sendo resolvido com a mesma galhardia com que foram superados inúmeros outros pontos polêmicos". Quanto ao desejo revelado pelo Palácio do Planalto, em retirar no segundo turno "absurdos" do texto, Ulysses foi categórico: "A qualquer momento se pode pleitear legitimamente que o texto seja emendado, mas dependerá do regimento e dos 280 votos em plenário", disse.

Manobra regimental preocupa

A possibilidade da apresentação de destaques para votação em separado (DVS) aos dispositivos aprovados no primeiro turno, o que obrigaria os setores progressistas a colocarem 280 votos em plenário também no segundo turno, para garantir os avanços já obtidos, foi uma das principais preocupações manifestadas pelas lideranças da sociedade civil que participam do Seminário Nacional de Avaliação da Constituinte, em Brasília. Se os DVS não forem aceitos pela Mesa da Constituinte, caberá ao Centrão buscar os 280 votos para suprimir dispositivos como o direito de greve, jornada de 44 horas e nacionalização do subsolo.

Com a participação de aproximadamente 600 lideranças sindicais e comunitárias, vindas de cidades distantes como Tabatinga (AM) e Uruguaiana (RS), o seminário tem por objetivos realizar um levantamento dos avanços e insuficiências do projeto de Constituição, identificar os pontos que deverão ser defendidos no segundo turno de votação e definir as estratégias para a manutenção destes dispositivos.

Participaram do encontro, como debatedores, constituintes do

setor progressista do PMDB e de todos os partidos de esquerda. A promoção é dos plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte.

Questionado pelas lideranças populares, o relator auxiliar Nelson Jobim (PMDB-RS) opinou que não será possível a apresentação de DVSs no segundo turno, já que o regimento interno prevê apenas a apresentação de emendas supressivas.

Os setores "progressistas" seriam beneficiados por este recurso apenas no capítulo da Reforma Agrária, onde forçariam o Centrão a colocar 280 votos em plenário para garantir a proibição de desapropriação de terras produtivas. Nos demais capítulos, onde os "progressistas" querem manter dispositivos como o direito de greve, jornada de 44 horas, licença gestante de 120 dias, licença paternidade, nacionalização do subsolo, fortalecimento do Poder Legislativo, sistema tributário descentralizado, sistema único de saúde, a apresentação do DVS forçaria uma nova mobilização para pressionar os constituintes.

Paes mantém disputa à presidência da Câmara

O deputado Paes de Andrade, do PMDB do Ceará, candidato à presidência da Câmara dos Deputados, reafirmou, ontem, sua candidatura a esse cargo, em conversa que teve com o atual presidente daquela Casa, deputado Ulysses Guimarães, a quem alguns constituintes pretendem tornar reelegível ao cargo, no próximo ano.

Pelo projeto de Constituição em curso na Assembleia Nacional, Constituinte, Ulysses não pode candidatar-se à reeleição. Constituintes chegados ao atual presidente da Câmara estão tentando, porém, retirar do projeto constitucional o dispositivo que o impede de reeleger-se.

Ulysses salientou a Paes de Andrade que não está envolvido em nenhuma proposta que visa a modificar o projeto de Constituição, para torná-lo reelegível. Depois, destacou a pretensão do parlamentar cearense, considerando-o apto a postular a presidência da Câmara, no biênio 1989/1990.

Paes de Andrade sublinhou que, na hipótese de Ulysses vir a disputar a reeleição, "não concorrerá, de maneira nenhuma, à presidência, contra seu velho companheiro de partido".

Além do problema da escolha do futuro presidente da Mesa da Câmara, Paes e Ulysses falam das dissidências do PMDB e da necessidade de manter a unidade peemedebista.